



INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro
Campus Realengo

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro

ATA DE REUNIÃO DO COLEGIADO DE CAMPUS IFRJ – REALENGO

Às 09h30min do dia 3 de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Direção-Geral, realizou-se a reunião ordinária do Colegiado do *Campus* Realengo, com a presença dos seguintes membros: a diretora geral, docente Elisa Pôças, a diretora de ensino, docente Hélia Corrêa, a coordenadora do curso de Terapia Ocupacional, docente Márcia Gallo, a coordenadora do curso de Fisioterapia, docente Michelle Monteiro, a coordenadora de Pesquisa, docente Paula Maciel, a coordenadora de Extensão, docente Márcia Silva, e os técnicos administrativos: Viviane da Silva, coordenadora de biblioteca, Helen Martins, coordenadora de Integração Escola-Empresa, Sérgio Vieira, coordenador de segurança e administração de ambientes tecnológicos, e o coordenador de administração da Clínica Escola, Márcio Sophia. A diretora geral deu as boas-vindas aos presentes e iniciou sua exposição sobre o primeiro ponto da pauta, a saber: “Aprovação da ata da reunião de 08 de março”. O documento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, falou-se sobre a insatisfação dos membros presentes em relação ao fato de a ata do CoCam do mês de abril ter sido levada, pelo professor Fernando Bezerra, ao grupo de e-mails do Sindicato, sem qualquer comunicação aos que estiveram presentes nessa reunião. Colocou-se que o maior problema de se ter publicado a ata foi a mesma não ter sido aprovada. Como o professor Fernando Bezerra não estava presente, encerrou-se o assunto. A diretora-geral expôs, assim, o segundo ponto da pauta, sendo este sobre a aprovação da versão final da Instrução Normativa, número 22, de 11 de outubro de 2013, a qual também foi aprovada por unanimidade. Passou-se, então, ao terceiro ponto: “Aprovação da extinção do cargo de Coordenador de Infraestrutura da Clínica Escola”. Segundo a diretora geral, inicialmente havia apenas os cargos de coordenador administrativo da Clínica Escola e os de coordenadores técnicos dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Na gestão anterior do *Campus* Realengo,

modificou-se o organograma, incluindo a coordenação de infraestrutura da Clínica Escola. Contudo, a gestão atual entende que não há necessidade desta coordenação específica, uma vez que a coordenação de administração também deve ser responsável pelas questões de infraestrutura da Clínica Escola. Assim, todos os presentes aprovaram a extinção da Coordenação de Infraestrutura da Clínica Escola, e a nomeação do servidor Márcio Sophia como Coordenador de Administração da Clínica Escola. Passou-se, assim, ao quarto ponto: “Composição do Colegiado de *Campus*”. A diretora-geral afirmou que a ideia da gestão é fazer uma minuta do regimento do campus, já em andamento, para que seja discutida e aprovada pela comunidade acadêmica. Assim, os membros do cocam poderiam sugerir a sua composição para a minuta. Hoje, o CoCam se estrutura da seguinte forma: o que, antes, era uma reunião administrativa foi transformado em uma reunião do Colegiado de *Campus*, com os atuais membros. A diretora-geral coloca que devemos pensar nas representações que devem estar no CoCam, considerando as necessidades do *Campus* e as atribuições deste colegiado descritas no regimento geral. A reunião do CoCam, como enfatiza a diretora de Ensino, Hélia Corrêa, resolve mais questões políticas do que logísticas, de estrutura. A ideia, segundo ela, é que se realizem duas reuniões: com os setores, para tratar da rotina, do dia a dia do *Campus*, para agilizar e dar andamento às questões. A outra reunião deve ser para o que se pensa de CoCam de acordo com a proposta do Regimento Geral. A professora Márcia Silva diz que é importante a participação apenas das coordenações, com um representante por setor, para evitar que haja um quórum muito grande e se agilize a resolução dos problemas. A coordenadora do curso de Fisioterapia, Michelle Monteiro, diz que primeiramente é preciso ter em conta a concepção do que é o CoCam. Ela concorda com o que Elisa Pôças questionou sobre a real necessidade de se garantir a presença de todas as coordenações. Todavia, para Michelle Monteiro, há coordenações que são de extrema importância, por agregarem várias tarefas. É preciso analisar esse ponto. Talvez, seja necessário, sim, ter a presença de todos os coordenadores dos setores. Apesar do número de pessoas e do quórum muito grande, é melhor assim, para se resolver e se discutir, de fato, todas as questões necessárias. Para a diretora-geral, colocar um número pequeno de pessoas na reunião, para

resolver pautas com maior agilidade, não seria interessante, pois podemos perder algumas opiniões e visões importantes para a discussão. Na opinião de Michelle Monteiro, reuniões pequenas não resolveriam o caso. É melhor que se faça uma reunião grande, com vários membros, para discutir todas as questões necessárias. No entanto, a professora Márcia Silva argumenta que uma reunião com muitos membros pode acabar se perdendo e não sendo resolutiva. Segundo ela, na atual reunião do CoCam, muitos membros que têm cadeira estão ausentes e eles deveriam trazer suas questões. A diretora-geral justifica, então, a ausência dos servidores Saulo de Oliveira, diretor de administração e planejamento, Luís Amaral, diretor de apoio técnico ao ensino, e Hélio Marques Filho, prefeito do *campus*. Como os três estão fazendo um curso, não puderam comparecer. Michelle Monteiro sustenta que, mesmo que os membros não tenham pautas para a reunião, eles devem participar das reuniões. A diretora-geral reafirma a posição de Michelle. A diretora de Ensino leu alguns excertos da Seção IV do Regimento Geral do IFRJ, que trata do Colegiado do *Campus*, explicando sobre a composição do CoCam e o que cabe a esse Colegiado decidir, em relação às atividades do *Campus*. A docente Paula Maciel afirma que, pensando na coordenação de Pesquisa, ela não sabe se é, de fato, necessária a representatividade de um membro dessa área na reunião do CoCam. A diretora de Ensino apresenta a composição de outros Colegiados de *Campus*, de outros Institutos Federais. Sua opinião é de que alguns setores têm, sim, que participar da reunião, mas isso deve se adequar à realidade do *Campus*. Ainda na visão da diretora de Ensino, os discentes devem representar a sua classe e não o curso. A diretora-geral ressalta que deve-se refletir sobre o papel do aluno no CoCam. Michelle Monteiro argumenta que o Centro Acadêmico representa melhor o alunado, pois esse traz as questões gerais, mais políticas. Entretanto, para ela, no *Campus* Realengo, os Centros Acadêmicos não estão fortes, o movimento estudantil está desmobilizado. Questionou-se também sobre a composição dos Colegiados de *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. A diretora-geral se comprometeu em fazer a consulta aos diretores dos *campi* para saber da composição do CoCam de cada *campus* e trazer para o grupo. A coordenadora do curso de Terapia Ocupacional, Márcia Gallo, afirma que devemos escutar os demais coordenadores que não

compareceram a esta reunião. A diretora-geral convida, então, os coordenadores presentes a exporem suas opiniões. A coordenadora de biblioteca, Viviane Araújo, argumenta que os membros têm muitas reclamações, mas, por vezes, não comparecem às reuniões. Para ela, seria ideal trazer todos os representantes de setores, mas, na prática, isso seria difícil. A diretora-geral sustenta, então, que seria ideal reduzir o número de pessoas e pensar pelo lado qualitativo. Quais representantes são politicamente importantes? Conforme prega o artigo 23 do Regimento Geral, o CoCam é um órgão consultivo. Deve-se pensar nisso, enfatizou a professora Hélia. O técnico de laboratório, Sérgio Vieira, afirma que estão faltando membros no CoCam. Segundo ele, a prefeitura e o pessoal de compras deveriam participar. A diretora-geral explica que, para resolver questões da prefeitura e do pessoal de compras, realiza-se uma reunião de trabalho. A docente Paula Maciel acrescenta não há necessidade de trazer todos os eixos para o CoCam. Já na concepção de Michelle Monteiro, há que se ter o cuidado de não colocar os setores “pela pessoa” que os representa. Para Hélia, é uma distorção colocar representação de eixos no CoCam. Uma vez que os eixos encaminhasssem os problemas aos coordenadores, os mesmos se encarregariam de trazê-los ao CoCam. Caso haja necessidade real de convocar outros membros, a convocação será devidamente feita, se houver alguma especificidade. Isso faz com que a reunião tenha menos pessoas, o que seria algo positivo, na opinião da diretora de ensino. O coordenador da Clínica Escola, Márcio Sophia, explica que, por vários motivos, a baixa participação dos técnicos em qualquer reunião é cultural. Ele entende que realmente se deve dar voz aos técnicos, pois, normalmente, os professores se expõem mais. Na opinião de Márcio, esse trabalho deve ser feito de forma incisiva com os técnicos, os quais devem dar suas opiniões, sem medo. Porém, muitos técnicos não fazem isso, não se colocam. Há questões discutidas entre o corpo técnico que não chegam à reunião. Os técnicos dão apoio, mas os professores estão mais concatenados a isso. Os técnicos precisam entender que essas questões são importantes. A diretora-geral realça que esse assessoramento é essencial, pois as coisas estão interligadas. A servidora Viviane Araújo afirma que a reunião de acolhimento que o IFRJ fez para os novos técnicos foi uma ótima iniciativa. O acolhimento foi excelente para conscientizá-los de seu papel. Márcio completa,

dizendo que os técnico-administrativos que estão na direção não deveriam estar no CoCam, pois como são cargo de confiança não se posicionariam contra o diretor. A diretora-geral expõe que, na verdade, todos os cargos de coordenação são de confiança e, assim, a direção pode tirá-los a qualquer momento. Se a linha de pensamento do servidor Márcio for levada em conta, nenhum servidor seria contra a opinião do diretor. Márcio argumenta que a diretora-geral atual atende a todas as pessoas, faz um trabalho bom, mas que é preciso também saber lidar com o receio que as pessoas têm de se posicionar. Michelle Monteiro acrescenta, então, que, pensando-se nisso, pode-se colocar a critério do coordenador do setor se ele vem ou se coloca outra pessoa em seu lugar. Mas, segundo o servidor Sérgio Vieira, tal recusa seria uma omissão daquele que representa o setor. Para a diretora-geral, se se pensar de acordo com o que o servidor Márcio relata, a direção, seja ela qual for, entra no CoCam com 4 votos, pois todas as direções se posicionarão a favor do que a diretoria-geral decidir. A diretora de Ensino esclarece que cabe a cada um que está nos setores considerados fundamentais decidir de sua participação. Contudo, para a coordenadora de Integração Escola-Empresa, Helen Martins, desde que a pessoa saiba se posicionar, não é necessário estar sempre de acordo com a gestão. Assim, ela refuta a posição do servidor Márcio. A docente Michelle Monteiro diz que os técnicos, na sua cultura, têm medo de se posicionar. Na opinião dela, não deve ser assim. Não é pelo fato de um servidor ser professor que todos devem aceitar tudo o que ele disser. As pessoas têm que se colocar, sem medo, têm que expor suas questões. Ela concorda com Márcio na questão de maior “empoderamento” do corpo técnico, que é formado por atores importantes no *Campus*. Michelle acrescenta que deve haver protagonismo no corpo técnico e também no corpo docente. Há professores que só participam de reuniões quando a pauta os interessa, afirma. A Diretora-geral pede opinião sobre a possibilidade de uma reunião extraordinária, na terça-feira, dia 10 de maio, para resolver como será a composição do Colegiado e todos os presentes aprovam essa ação. Seguindo a ordem da pauta, passa-se ao ponto 5: “Reversão de parte do laboratório de Anatomia em almoxarifado”. O técnico de laboratório, Sérgio Vieira, apresenta uma lei que fala sobre o uso de cadáveres em aulas de anatomia. Tal lei não fala especificamente dos cursos existentes do *campus*, mas do curso de

medicina, ou seja, o primeiro entendimento da lei é que apenas instituições com cursos de medicina poderiam usar cadáveres em aula. Porém, há pareceres jurídicos, derrubando essa lei, e há instituições que não têm medicina e utilizam os cadáveres. Os pontos a serem discutidos, na opinião de Elisa, são: os cursos estão tendo bom seguimento, sem a utilização dos cadáveres? Se há realmente a necessidade e queremos utilizar cadáveres em nossos estudos, temos condições para isso, temos técnicos e materiais adequados? A servidora Michelle Monteiro faz um contraponto, lançando a seguinte pergunta: não haverá problemas, caso o espaço do laboratório seja cedido agora para o almoxarifado? Os alunos e os professores devem opinar sobre isso, afirma a docente. Há também a questão do cheiro do formol e a respeito da limpeza. É preciso analisar, cuidadosamente, o caso. Michelle Monteiro enfatiza ainda que a cessão do laboratório não pode gerar problemas futuros com relação ao espaço do mesmo. Segundo Sérgio Vieira, pode-se deixar a estrutura como está e colocar algumas prateleiras e caixas, sem fazer nova obra, no momento. Michelle Monteiro argumenta novamente que é preciso ouvir as pessoas que trabalham com Anatomia, para saber da questão do espaço. A diretora de Ensino esclarece que essas pessoas serão convidadas para a próxima reunião e Michelle Monteiro sugere que, caso o pessoal não possa vir, se faça um relatório, um parecer sobre a questão, e o envie à reunião do CoCam. Michelle ainda acrescenta que os cadáveres são muito caros e geram diversos problemas. Decidiu-se que os professores de Anatomia serão convidados pela diretora-geral para a discussão do assunto. A diretora-geral afirma que mesmo após a conversa com os professores de anatomia, é melhor usar o espaço sem fazer qualquer obra, no momento. A reunião seguiu e acrescentou-se mais um ponto à pauta, a pedido da servidora Viviane Araújo, que expôs o edital para a escolha do nome da biblioteca. Alguns pontos foram discutidos e decidiu-se que deveria haver modificações a respeito da comissão organizadora, da comissão julgadora, dos critérios para a escolha do nome, da análise e do julgamento e do prêmio, que ainda deverá ser definido. A servidora se incumbiu de fazer as modificações e, posteriormente, lançar o edital. Seguiu-se, assim, aos informes gerais: Com relação à situação dos vigilantes, a diretora-geral informa que o *campus* continua na mesma situação, ou seja, os mesmos estão sem receber salários.

Sobre a capina do mato do *campus*, a diretora-geral informa que foram enviados vários ofícios para diversos órgãos, mas sem êxito. O edital sistêmico para a capina está em fase de pesquisa das empresas. Se tudo correr bem, o processo estará finalizado até junho ou julho. A diretora de Ensino acrescenta que é preciso comprar herbicida específico para matar somente as ervas daninhas, sem que isso prejudique a grama. Segundo ela, há um produto que mata apenas a erva daninha. O informe final é referente ao último concurso do IFRJ para docentes. Houve problemas em duas vagas no curso de Fisioterapia – saúde da mulher e cinesioterapia. Houve a suspensão de nomeação do primeiro e do segundo lugares colocados. Os professores substitutos do curso de Farmácia e o substituto da professora do curso de Fisioterapia, Edneia Aparecida Leme, já têm portarias abertas para serem assinadas pelo reitor. Nada mais havendo a discutir, eu, Aline Aparecida dos Santos Silva, secretária executiva do *Campus* Realengo, encerro a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2016